RELISE

# ADVOCACY COALITION: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ALIANÇA EMPREENDEDORA[1]

*ADVOCACY COALITION: A CASE STUDY ON THE ENTREPRENEURIAL ALLIANCE*

*Márcia Cristina da Silva Cavazzani*[2]

## RESUMO

Este artigo analisa a Aliança Empreendedora sob a perspectiva do Advocacy Coalition Framework (ACF), destacando suas estratégias para promover políticas públicas que beneficiem microempreendedores em situação de vulnerabilidade. A pesquisa revela que a atuação da Aliança, por meio de parcerias e iniciativas de advocacy, é crucial para garantir acesso a recursos, capacitação e formalização, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento econômico. As conclusões enfatizam a importância de um ambiente regulatório justo e equitativo, que considere as particularidades dos microempreendedores, essenciais para combater as desigualdades no Brasil.

**Palavras-chave**: empreendedorismo, Aliança Empreendedora, advocacy, coalition.

## ABSTRACT

This article analyzes Aliança Empreendedora from the perspective of the Advocacy Coalition Framework (ACF), highlighting its strategies to promote public policies that benefit microentrepreneurs in vulnerable situations. The research reveals that the Alliance's actions, through partnerships and advocacy initiatives, are crucial to ensuring access to resources, training and formalization, contributing to social inclusion and economic development. The conclusions emphasize the importance of a fair and equitable regulatory environment, which considers the particularities of microentrepreneurs, essential to combat inequalities in Brazil.

**Keywords**: entrepreneurship;, Entrepreneurial Alliance, advocacy, coalition.

[1] Recebido em 11/11/2024. Aprovado em 15/11/2024. DOI: doi.org/10.5281/zenodo.14293293
2 Universidade Federal do Paraná. marcia.cavazzani@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2023 foi de 2,9% e fechou o ano em R$10,9 trilhões. O resultado foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 01/03/2024 confirmando a expectativa de especialistas do setor e do Ministério da Fazenda. De acordo com o SEBRAE, uma contribuição fundamental para que o país chegasse a esse resultado foi a atuação dos pequenos negócios, que representam cerca de 95% de todas as empresas e respondem por 30% da formação do PIB (SEBRAE, 2023).

Ainda segundo informação publicada no site da Aliança Empreendedora, o microempreendedorismo é uma força expressiva na economia brasileira, com micro e pequenas empresas representando cerca de 99% dos negócios no país, gerando 52% dos empregos formais e contribuindo com aproximadamente 30% do PIB. Esse setor, no entanto, enfrenta desafios substanciais, incluindo o acesso restrito a crédito, capacitação limitada e a informalidade, especialmente entre empreendedores em contextos vulneráveis.

Nesse cenário, a Aliança Empreendedora surge como um agente essencial de inclusão e desenvolvimento socioeconômico, capacitando e apoiando microempreendedores por meio de programas educacionais, consultorias e, principalmente, estratégias de advocacy. Esse último recurso visa influenciar políticas públicas e aprimorar o ambiente regulatório para atender às necessidades específicas dos microempreendedores.

A atividade de advocacy adotada pela Aliança Empreendedora destaca-se por promover colaborações com o setor público, privado e outras organizações da sociedade civil, a fim de construir uma rede de apoio robusta que amplie o acesso a recursos e oportunidades.

Este artigo busca explorar o modelo teórico do Advocacy Coalition Framework (ACF) utilizado e difundido pela Aliança Empreendedora, analisando como tal prática colabora para a construção de políticas inclusivas e o fortalecimento de redes de apoio para microempreendedores. A relevância do ACF está na compreensão das coalizões formadas por atores que compartilham crenças e valores, agindo estrategicamente para influenciar políticas.

Dessa forma, a análise permite entender como a Aliança atua como uma coalizão de defesa, impulsionando mudanças que favorecem o desenvolvimento econômico e social dos pequenos empreendedores brasileiros.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo combina o estudo de caso com a pesquisa bibliográfica, buscando uma análise aprofundada e embasada teoricamente quanto à advocacy coalition frente a Aliança Empreendedora. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente a proposta, identificar conceitos-chave, e mapear as abordagens existentes no campo de estudo. Essa revisão de literatura permitiu a construção de uma base sólida para entender o contexto e as variáveis envolvidas no caso, bem como identificar lacunas e limitações nas pesquisas anteriores.

A seleção do estudo de caso foi feita com base em critérios de relevância e representatividade, considerando que ele oferece características que podem ilustrar os pontos centrais discutidos na literatura. Esse caso específico foi escolhido por sua capacidade de fornecer dados e situações práticas que exemplificam as teorias discutidas e por sua adequação às questões de pesquisa formuladas.

Para a coleta de dados do estudo de caso, foram utilizados métodos como análise documental e observação, quando possível, permitindo uma

compreensão detalhada das práticas e das decisões envolvidas no caso analisado. A análise dos dados coletados foi orientada pelas categorias e conceitos identificados na pesquisa bibliográfica, permitindo uma comparação entre as práticas observadas no caso e as discussões teóricas levantadas. Essa abordagem comparativa possibilita avaliar até que ponto o caso confirma ou contradiz os conceitos teóricos, ampliando, assim, a compreensão sobre o fenômeno e identificando possíveis implicações práticas.

Ao final, a metodologia de estudo de caso, associada à pesquisa bibliográfica, permitiu não apenas descrever o fenômeno em estudo, mas também interpretá-lo sob a luz de teorias consagradas, proporcionando uma análise mais abrangente e detalhada.

## ADVOCACY COALITION

O Advocacy Coalition Framework (ACF), desenvolvido no início da década de 1980 por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith, é um modelo teórico de análise de políticas públicas cujo objetivo é compreender os processos de mudança política e o aprendizado dos atores envolvidos nos subsistemas de políticas ao longo da implementação (Oliveira, Sanches Filho; 2022).

A estrutura analítica do ACF postula que divergências nas crenças centrais sobre uma política organizam os atores em coalizões de defesa, grupos que compartilham valores e objetivos e atuam estrategicamente para influenciar os rumos das políticas públicas (Sabatier & Jenkins-Smith, 1993).

As Coalizões de Defesa são compostas por atores de diferentes esferas – incluindo grupos de interesse, mídia, cientistas, acadêmicos, legisladores e membros do governo – que compartilham crenças sobre uma questão pública e coordenam ações para moldar o processo político. Essas coalizões se articulam para influenciar as políticas por meio de estratégias que buscam promover mudanças ou manter o status quo. A teoria também argumenta que, dentro e

entre coalizões, ocorre aprendizado político contínuo, em que atores adaptam suas estratégias e crenças à medida que acumulam experiência e novas informações (Sabatier & Weible, 2007; Jenkins-Smith et al., 2014).

A perspectiva do ACF destaca que as coalizões podem revisar suas crenças e estratégias em resposta a novas informações técnicas e a dinâmicas externas, como mudanças sociais e econômicas (Souza, 2018).

Sabatier (1988) sublinha que o aprendizado orientado para políticas é fundamental para o processo de mudança, podendo levar a revisões institucionais de diferentes níveis: mudanças profundas nos parâmetros institucionais, ajustes operacionais menores ou até a saída do subsistema em busca de novas alianças (Sabatier, 1988).

Além disso, Jenkins-Smith (1988) abordou o papel dos analistas de políticas, considerados agentes de mudança nos subsistemas de políticas. Atuando na identificação de problemas e na formulação de soluções, esses analistas também integram as coalizões e desempenham um papel crítico na geração, disseminação e avaliação de informações técnicas. Segundo o ACF, a presença de diferentes níveis de governo e a participação de diversos atores no subsistema de políticas promovem a diversidade de perspectivas e informações essenciais para as transformações políticas (Sabatier, 1988).

O ACF diferencia fatores externos que são relativamente estáveis – como valores culturais e estruturas sociais – de fatores mais dinâmicos, que mudam com maior frequência, como crises econômicas e mudanças políticas. Esses elementos atuam como estímulos para a evolução das políticas e do aprendizado dentro das coalizões. Esse modelo destaca que as coalizões que investem em construir uma compreensão compartilhada e apoiada sobre questões técnicas tornam-se mais potentes, adquirindo maior capacidade de pressionar por mudanças políticas (Sabatier, 1988; 2007).

Dessa forma, o Advocacy Coalition Framework oferece uma lente analítica robusta para investigar como coalizões formadas por crenças comuns influenciam os processos de formulação e mudança de políticas públicas, e como o aprendizado técnico e político molda os rumos dessas mudanças ao longo do tempo.

## O CASO ALIANÇA EMPREENDEDORA

A Aliança Empreendedora, organização sem fins lucrativos fundada em 2005 em Curitiba, tem se destacado pela sua atuação no fortalecimento do microempreendedorismo em comunidades de baixa renda em todo o Brasil. Sua missão é apoiar e capacitar microempreendedores formais e informais em situação de vulnerabilidade econômica, promovendo inclusão social e desenvolvimento econômico[3].

Atua em várias frentes para apoiar microempreendedores em todo o país, oferecendo cursos e capacitações gratuitos, desenvolvendo pesquisas sobre o microempreendedorismo brasileiro, e colaborando com empresas por meio de consultorias. Esta última faceta, voltada à cocriação de produtos e serviços com impacto social, possibilita a concepção de soluções inovadoras para questões relacionadas à inclusão e ao desenvolvimento econômico das comunidades.

Conforme pontuam Onozato e Teixeira (2013) “a missão da organização é unir forças para, através do empreendedorismo, inspirar a sociedade e criar um ambiente que incentive e impulsione empreendedores e seus negócios, gerando trabalho, renda e mudanças culturais em prol do desenvolvimento econômico e social do país”.

Atualmente, a organização atende cerca de 140 mil microempreendedores e conta com uma rede de 134 organizações sociais

3 https://aliancaempreendedora.org.br/nosso-trabalho/

parceiras em todo o território nacional. Desde sua fundação, a ONG já cocriou 271 projetos, atuando em 27 estados do Brasil. Essa abrangência permite que a Aliança tenha impacto em diversas regiões e contextos sociais, promovendo inclusão e sustentabilidade.

Ademais, adota os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas como pilar de sua atuação, com foco na redução das desigualdades (ODS 10) e no trabalho digno e crescimento econômico (ODS 8). Além disso, a ONG promove negócios inclusivos e incentiva práticas de investimento com responsabilidade social e ambiental (ESG - Environmental, Social, and Governance), colaborando com empresas para implementar modelos de negócios que integrem sustentabilidade em seus processos e cadeias de valor.

O microempreendedorismo é uma força fundamental na economia brasileira, pois micro e pequenas empresas representam cerca de 99% das empresas no país e geram aproximadamente 52% dos empregos formais, além de contribuírem com 30% do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, esses empreendedores frequentemente enfrentam desafios significativos para o desenvolvimento de seus negócios, como o acesso restrito ao crédito, capacitação limitada e falta de visibilidade no mercado formal.

A Aliança Empreendedora desempenha um papel essencial para preencher essas lacunas, proporcionando conhecimentos práticos, empoderamento e oportunidades de inclusão no mercado. Ao promover o reconhecimento das histórias de vida desses empreendedores, a ONG contribui para a construção de uma narrativa que valoriza a resiliência e a importância do microempreendedorismo nas comunidades brasileiras.

A metodologia da Aliança Empreendedora é baseada em princípios de andragogia, effectuation e humanismo, adaptados ao perfil do microempreendedor de baixa renda. Utilizando técnicas que valorizam o

aprendizado prático e o desenvolvimento de habilidades com base em recursos já disponíveis, a ONG oferece orientações para que os empreendedores possam iniciar e expandir seus negócios de maneira sustentável. A andragogia, voltada para o aprendizado do adulto, reconhece a importância da experiência de vida dos empreendedores, enquanto o approach de effectuation promove a construção do negócio com base nos recursos que o empreendedor possui no momento, incentivando a adaptação e inovação.

Além do trabalho direto com os microempreendedores, a Aliança Empreendedora oferece consultoria para empresas, organizações sociais e órgãos governamentais que buscam desenvolver projetos sociais inclusivos voltados para empreendedores de baixa renda. Esse apoio inclui desde a estruturação de programas de capacitação até o desenho de modelos de negócios com impacto social, o que permite que o impacto da ONG se amplie para setores mais amplos da economia.

## O IMPACTO DA ADVOCACY COALITION NO DIA-A-DIA EMPREENDEDOR

As estratégias de advocacy desempenham um papel essencial no fortalecimento do microempreendedorismo, especialmente em comunidades de baixa renda. Organizações de apoio, como a Aliança Empreendedora, atuam para promover políticas públicas que favoreçam o acesso a crédito, capacitação e formalização de pequenos negócios, permitindo que microempreendedores superem barreiras estruturais. Essas estratégias incluem a criação de parcerias entre setores público e privado, além de campanhas que buscam conscientizar a sociedade e os formuladores de políticas sobre a importância de um ambiente mais inclusivo e justo para o empreendedorismo.

Nesse sentido, analisando o processo de criação da Aliança Empreendedora, verifica-se que a decisão de investimento de forma consistente na formação de parcerias, estabelecendo rede de relações, propiciou a captação

de recursos, que por sua vez, criou condições para a busca de legitimidade que foi resultado não apenas de parcerias, mas também das ações que os fundadores tomaram. Ao mesmo tempo, o significado de tais ações contribuiu para o aumento da legitimidade, facilitando o acesso a recursos. Percebe-se, portanto, a forte dinâmica entre o empreendedor e sua rede de relações na aquisição de recursos e legitimidade (Rossoni, Teixeira; 2006).

O empreendedorismo ocupa hoje um papel importante dentro das diferentes causas sociais que organizações, empresas e indivíduos se aliam no Brasil. Dentro de um universo amplo de pautas, o empreendedorismo tem se mostrado como uma ferramenta importante para a inclusão social e econômica de grupos vulneráveis. É dentro desse cenário que o ACF passou a fazer parte do dia a dia da Aliança Empreendedora, que desenhou e colocou em prática uma frente de atuação voltada à promoção de políticas públicas para microempreendedores em vulnerabilidade social que precisam de apoio adequado a sua realidade.

Advocacy, na atualidade, é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população ou grupos específicos. O termo tem origem na palavra *advocare*, do latim, que significa ajudar alguém que está em necessidade. Em inglês, deriva do verbo *to advocate.* Porém, a tradução literal em português, advogar, gera uma conotação jurídica que nem sempre possui esse foco.

As estratégias de advocacy voltadas para o microempreendedorismo, lideradas por organizações como a Aliança Empreendedora, visam assegurar que políticas públicas e redes de apoio sejam mais inclusivas e eficazes para microempreendedores, especialmente os que vivem em contextos de vulnerabilidade. Com quase 15 milhões de microempreendedores individuais

(MEIs) no Brasil, muitas vezes sem acesso adequado a direitos, crédito e orientações, as ações de advocacy buscam aproximar o setor público e privado, promovendo um ambiente que ofereça suporte realista e justo.

O Programa Empreender 360, da Aliança Empreendedora, ilustra esse compromisso ao desenvolver estudos, campanhas e eventos, como o Fórum Brasileiro de Microempreendedorismo, para fortalecer a participação do microempreendedor no cenário econômico e influenciar positivamente sua inclusão nas políticas públicas.

Ações como a Campanha “Todos Podem Empreender” e o trabalho de diálogo com gestores públicos e empresas parceiras contribuem para que o advocacy amplie sua atuação na defesa dos direitos de microempreendedores formais e informais, promovendo um ambiente onde as políticas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sejam também moldadas para atender às necessidades dessa população.

## CONCLUSÃO

A pesquisa realizada sobre a Aliança Empreendedora, à luz do *Advocacy Coalition Framework*, evidencia a eficácia das coalizões de defesa na promoção de políticas públicas que atendem às necessidades dos microempreendedores em situação de vulnerabilidade.

A atuação estratégica da organização, por meio de parcerias e mobilizações, não só facilita o acesso a recursos e capacitação, mas também fortalece a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

As iniciativas da Aliança demonstram que o microempreendedorismo é um componente vital para a transformação social no Brasil, ao evidenciar a importância de um ambiente regulatório que favoreça a equidade e a justiça social.

Assim, o trabalho da Aliança Empreendedora se destaca não apenas pela assistência prática aos microempreendedores, mas também pela construção de um diálogo produtivo com os formuladores de políticas, essencial para garantir que os direitos e as necessidades desse grupo sejam efetivamente contemplados nas decisões governamentais.

A continuidade e ampliação dessas ações de advocacy são fundamentais para consolidar avanços e promover um ecossistema mais inclusivo, capaz de enfrentar as desigualdades estruturais que ainda persistem no Brasil.

## REFERÊNCIAS

JENKINS-SMITH, H. C. (1988). Analytical debates and policy learning: analysis and change in the federal bureaucracy. Policy Sciences, 21(2-3), (pp. 169-211).

JENKINS-SMITH, H. C., NOHRSTEDT, D., WEIBLE, C. M., & INGOLD, K. (2014). The advocacy coalition framework: Foundations, evolution, and ongoing research. In: Sabatier, P. A. & Weible, C. M. (Eds.). Theories of the policy processpp, Westview Press (pp. 183-224).

OLIVEIRA, Henrique Campos de; SANCHES FILHO, Alvino. Uma breve trajetória dos elementos constitutivos do Advocacy Coalition Framework (ACF). Revista de Administração Pública, [S.L.], v. 56, n. 5, p. 632-653, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220049.

ONOZATO, Erika; TEIXEIRA, Rivanda Meira. EMPREENDEDORISMO SOCIAL E A CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR: O ESTUDO DE CASO DA ALIANÇA EMPREENDEDORA. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 43-66, abr. 2013.

ROSSONI, Luciano; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Integrando Empreendedorismo, Rede de Relações, Recursos e Legitimidade: O Caso da Aliança Empreendedora. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais [...] .**Salvador: Anpad, 2006. p. 1-16. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/783/1/IntegrandoEmpreendedorismoRecursos.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

SABATIER, P. A. (1988). An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. Policy Sciences, 21(2-3), (pp. 129-168).

SABATIER, P. A. & Jenkins-Smith, H. C. (1993). Policy change and learning: An advocacy coalition approach. Westview Press.

SABATIER, P. A. & WEIBLE, C. M. (2007). The Advocacy Coalition Framework. In: Sabatier, P. A. (Ed.). Theories of the policy process. Westview Press.

SEBRAE. **Resultado positivo do PIB de 2023 confirma a relevância dos pequenos negócios**. Disponível em: https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/resultado-positivo-do-pib-de-2023-confirma-a-relevancia-dos-pequenos-negocios/. Acesso em: 02 nov. 2024.

SOUZA, Celina. Coordenação de Políticas Públicas. Brasília: Enap Escola Nacional de Administração Pública, 2018.